

**A PRODUÇÃO DO FEMININO NO AMBIENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA**

***LA PRODUCCIÓN DE LO FEMENINO EN EL ÁMBITO DE LA EDUCACIÓN  
PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA***

***THE PRODUCTION OF THE FEMININE IN THE PROFESSIONAL AND  
TECHNOLOGICAL EDUCATION ENVIRONMENT***



Márcia Helena Sauaia Guimarães ROSTAS<sup>1</sup>  
e-mail: marciarostas@ifsul.edu.br



Liliana Soares FERREIRA<sup>2</sup>  
e-mail: anaililferreira@yahoo.com.br

**Como referenciar este artigo:**

ROSTAS, M. H. S. G.; FERREIRA, L. S. A Produção do feminino no ambiente da Educação Profissional e Tecnológica. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 8, n. 00, e023014, 2023. e-ISSN: 2177-5060. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.v8i00.18516>



| **Submetido em:** 11/09/2023  
| **Revisões requeridas em:** 22/10/2023  
| **Aprovado em:** 18/11/2023  
| **Publicado em:** 20/12/2023

---

**Editoras:** Profa. Dra. Célia Tanajura Machado  
Profa. Dra. Kathia Marise Borges Sales  
Profa. Dra. Rosângela da Luz Matos

**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), Pelotas – RS – Brasil. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Estágio Pós-Doutoral em andamento (UFSM). Professora Associada (IFSUL). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu – IFSul). Membro da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisa sobre Educação Profissional e Tecnológica (ReGEPT). Líder GP-Discursos Pedagógico (IFSul). Membro GP – Kairós (UFSM).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS – Brasil. Doutora em Educação. Estágio Pós-Doutoral (UFPel). Professora Titular (UFSM). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE – UFSM). Bolsista Produtividade em Pesquisa (CNPQ). Membro da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisa sobre Educação Profissional e Tecnológica (ReGEPT). Líder do GP – Kairós (UFSM).

---

**RESUMO:** O presente artigo aborda a produção do feminino no ambiente da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), analisando a construção da feminilidade em um espaço ocupado historicamente pelo masculino. Trata-se de uma pesquisa documental e empírica, de viés qualitativo, cujo percurso se deu pela exploração de dados históricos que apresentam fatos da presença, do trabalho e da educação de mulheres na EPT, comparados a dados empíricos atuais (edição 2013), extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Os resultados da pesquisa evidenciam que as mulheres, sobretudo as mais pobres, vulneráveis, estão, dentro da estrutura de formação profissional, ainda nos dias atuais, voltadas para as áreas do cuidado, mais especificamente no Eixo Desenvolvimento Educacional e Social. A maior concentração feminina é nos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), o que pode ser justificado por abarcar mulheres responsáveis pela família, beneficiárias de Programas Federais de Transferência de Renda, e trabalhadores beneficiários do Programa Seguro-Desemprego.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Mulheres. Formação para o Trabalho.

**RESUMEN:** Este artículo aborda la producción de lo femenino en el ámbito de la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), analizando la construcción de la feminidad en un espacio históricamente ocupado por lo masculino. Se trata de una investigación documental y empírica, con sesgo cualitativo, cuyo recorrido se basó en la exploración de datos históricos que presentan hechos de la presencia, trabajo y educación de las mujeres en el EPT, comparados con datos empíricos actuales (edición 2013), extraídos de la Plataforma Nilo Peçanha (PNP). Los resultados de la investigación muestran que las mujeres, especialmente las más pobres, más vulnerables, están dentro de la estructura de formación profesional, aún hoy, enfocadas en áreas de cuidado, más específicamente en el Eje Educativo y de Desarrollo Social. La mayor concentración de mujeres se encuentra en los Cursos de Formación Inicial y Continua (FIC), lo que se explica porque incluyen a mujeres responsables de la familia, beneficiarias de los Programas Federales de Transferencia de Ingresos y trabajadoras beneficiarias del Programa Seguro-Desemprego.

**PALABRAS CLAVE:** Educación. Mujer. Formación para el Trabajo.

**ABSTRACT:** This article addresses the production of the feminine in the Professional and Technological Education (EPT) environment, analyzing the construction of femininity in a space historically occupied by the masculine. This is a documentary and empirical research with a qualitative bias, whose course was based on the exploration of historical data that present facts of the presence, work, and education of women in the EPT, compared to current empirical data (2013 edition), extracted of the Nilo Peçanha Platform (PNP). The research results show that women, especially the poorest and most vulnerable, are, within the structure of professional training, still today, focused on areas of care, more specifically on the Educational and Social Development Axis. The greatest concentration of women is in the Initial and Continued Training Courses (FIC), which can be explained by the fact that they include women responsible for the family, beneficiaries of Federal Income Transfer Programs, and workers beneficiaries of the Seguro-Desemprego Program.

**KEYWORDS:** Education. Women. Education for Work.

---

## Introdução

O presente artigo aborda a produção do feminino no ambiente da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nesse contexto, objetiva analisar a construção da feminilidade em um espaço ocupado historicamente pelo masculino, como é o caso das escolas de formação para o trabalho. Trata-se de uma pesquisa de viés qualitativo, cujo percurso se deu pela exploração de dados históricos, embasados em literatura específica, que apresentam fatos da presença, do trabalho e da educação de mulheres. Essa literatura foi selecionada a partir de títulos disponíveis em plataformas de diversas editoras (incluindo as universitárias). Os critérios de seleção/adoção foram pela escolha de títulos e trabalhos que envolveram as temáticas da educação/da história da educação/da educação e trabalho feminino, comparados a dados empíricos atuais (edição 2013), extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira, em que nomeamos, *A educação na história e a história da educação – onde estão as mulheres?*, trazemos uma leitura da história, em linhas gerais, da história da educação e da presença/ausência das mulheres no Brasil, ao longo dos tempos, sobretudo na formação para o trabalho. Na segunda, *Ranços ou avanços no século XXI? Eis a questão...*, apresentamos os dados da PNP e, com base neles, realizamos os recortes por gênero.

A partir do quadro de matrículas ativas do ano de 2022 (PNP) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), escalonado por gênero, identificamos a maior incidência feminina que se encontra na Qualificação Profissional, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) que fazem parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), sendo que os estudantes são beneficiados pelo Bolsa Formação. Os beneficiários, além dos contemplados por Programas Federais de Transferência de Renda, são mulheres responsáveis por famílias beneficiadas pelos Programas referidos e, também, trabalhadores que recebem Seguro-Desemprego.

Nas considerações finais, por fim, resgatamos, na historicidade da EPT, a presença das mulheres, até os dias atuais, na formação para o cuidado, em áreas atreladas ao trabalho doméstico.

### **A educação na história e a história da educação – onde estão as mulheres?**

A história da educação no Brasil se alicerça em um viés social, político, cultural e econômico impactado pelo modo capitalista de produção e reprodução. Com base nessa

premissa, endossa-se a tese de que a sobrevivência dessa educação dependeu e depende, diretamente, da manutenção da ordem social e econômica.

Conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como o ser humano trabalha, mudam as formas pelas quais os homens existem. É possível detectar, ao longo da história, diferentes modos de produção da existência humana que passam pelo modo comunitário, o comunismo primitivo; o modo de produção asiático; o modo de produção antigo, ou escravista; o modo de produção feudal, com base no trabalho do servo que cultiva a terra, propriedade privada do senhor; e o modo de produção capitalista, em que os trabalhadores produzem com meios de produção que não são deles. Esses diferentes modos de produção revolucionam sucessivamente a forma como os homens existem. E a formação dos homens ao longo da História traz a determinação do modo como produzem a sua existência (Saviani, 2003, p. 133).

O autor complementa que o acesso à escola, ao longo da história, era muito limitado, restringindo-se “[...] a pequenas parcelas da humanidade [...] a própria origem etimológica da palavra escola – ligada ao ócio, ao lazer – está relacionada a [...] condições sociais de produção da existência humana” (Saviani, 2003, p. 133). A escola, então, emerge na narrativa como um espaço destinado a um grupo restrito de indivíduos, escolhidos com base em sua origem social, e com objetivos determinados pela sua função na sociedade. Para os pertencentes à elite, busca-se a preservação dessa classe social; para os trabalhadores, proporciona-se o acesso ao mundo do trabalho, com melhores condições para aproveitar suas habilidades produtivas.

Nesse viés, o que se aponta, mesmo que indiretamente, é a não valorização do trabalho desvinculado ao ócio e ao lazer, o trabalho braçal, que carrega a marca da marginalidade social. A distinção entre trabalho manual (escravos, servos, mulheres e crianças) e intelectual (classes privilegiadas) hierarquiza a formulação das ideias na sociedade: dominantes e dominados.

Por essa razão, na intrínseca, proximidade entre educação e trabalho, a primeira assumiu contornos delineados em relação às características deste. O trabalho assumiu diversas formas na sociedade brasileira: livre, escravizado, empregado, etc. Fausto, ao apresentar e explicar sobre a história do Brasil colonial, adverte que:

[a] escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço por obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão branco das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos, nas cidades, com apenas um escravo. O preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado a nossos dias. Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores europeus no centro-sul do Brasil, o

trabalho manual foi socialmente desprezado como “coisa de negro” (Fausto, 2013, p. 69).

É essa noção de trabalho manual que transfere, aos negros escravizados, a solução para as inúmeras demandas de afazeres que, na visão dos colonizadores, o território descoberto exigia. Essa foi, por muito tempo, a forma lucrativa encontrada pelo colonizador para a economia na colônia. Os escravizados e, por consequência, o comércio gerado em seu entorno, provê a mão de obra “braçal” no Brasil. Esse processo instiga, ainda mais, a distinção entre trabalho manual e intelectual. E, de forma mais deletéria, agrega a essa distinção a marca racial oriunda do processo de colonização brasileira.

Cunha (2000) analisa o ensino industrial-manufatureiro que, segundo ele, é destinado à formação da força de trabalho diretamente ligada à produção. Destaca a pouca produção intelectual na área, alegando que os historiadores da educação brasileira se preocupam, prioritariamente, com o que se destina às elites políticas e ao trabalho intelectual, enquanto o trabalho manual é posto em segundo plano.

Desde os tempos coloniais, quando um empreendimento manufatureiro de grande porte, como os arsenais de marinha, por exemplo, exigia um contingente de trabalhadores não disponíveis, o Estado coagia homens livres a se transformarem em artífices. Não fazia isso, decerto, com quaisquer homens livres, mas com aqueles que social e politicamente não estavam em condições de opor resistência. Como na formação das guarnições militares e navais, prendiam-se os miseráveis. Procedimentos semelhantes eram adotados para com os menores destinados à aprendizagem de ofícios: os órfãos, os abandonados, os desvalidos, que eram encaminhados pelos juizes e pelas Santas Casas de Misericórdia aos arsenais militares e de marinha, onde eram internados e postos a trabalhar como artífices, até que, depois de um certo número de anos, escolhessem livremente onde, como e para quem trabalhar (Cunha, 2000, p. 91).

No ano de 1809, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Colégio das Fábricas, estabelecimento de ensino profissional, que tinha por objetivo, além de abrigar os órfãos da Casa Pia de Lisboa<sup>3</sup>, ensinar-lhes diversos ofícios. O estabelecimento foi considerado referência para outros que vieram a ser instalados, tendo por arquétipo o ensino de ofícios, em geral, fora

<sup>3</sup> Casa Pia de Lisboa é uma “[...]instituição que acolhia menores órfãos [...] educados, formando como artesãos e trabalhadores urbanos e em seguida, [encaminhados] para ocupações em oficinas, casas comerciais ou fábricas” (Matta, 1996, p. 6). “Com a transmigração da família real para o Brasil esse interesse aumentou. D. João organizou, no Rio de Janeiro, (1809) o Colégio das Fábricas, destinado ao treinamento de artífices e aprendizes vindos de Portugal e uma companhia de artífices para o exército, com organização militar, mestres artífices eram sargentos, contramestres, cabos. O Príncipe tinha clara a necessidade de escolas que facilitassem o aprendizado dos ofícios e o surgimento de fábricas” (Matta, 1996, p. 41-42).

do estabelecimento (no cais, no hospital, nos arsenais militares ou de marinha), acrescido ao ensino das primeiras letras (Cunha, 2000).

Até esse momento da história, as mulheres eram sequer citadas. Cunha (2000) destaca a existência das Casas de Educandos Artífices, estabelecimentos que adotavam o modelo militar, incluindo os padrões de hierarquia e disciplina, e, posteriormente, no ano de 1875, a criação, no Rio de Janeiro, do Asilo dos Meninos Desvalidos, destinado a crianças na faixa etária entre 6 e 12 anos, encontradas em estado de pobreza (sem roupas e em estado de mendicância). Esses estudantes recebiam instrução primária e aprendiam uma ocupação: “[...] tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria” (Cunha, 2000, p. 91). Terminada a formação para o trabalho, o estudante permanecia mais três anos, a fim de trabalhar nas oficinas para pagar sua aprendizagem e guardar um dinheiro, entregue ao final do período.

Foi apenas no ano de 1827, de forma muito tímida, através da Lei Geral do Ensino de 5 de outubro, que surge uma proposta de educação voltada para as mulheres, mas restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras. Determinava que as meninas deveriam aprender atividades domésticas, ao passo que os meninos aprenderiam geometria, sendo vedado a elas estudar as operações matemáticas. Dessa forma, a Lei Geral do ensino fixava na mulher o lugar de mãe e lhe atribuía a função natural de educadora.

[...] a educação das mulheres só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que atribuiu equivalência entre os cursos secundários. A partir de então, o curso normal secundário, ramo intensamente frequentado pelas mulheres desde o final do século XIX, não mais foi discriminado por ser “apenas” um curso profissionalizante, mas passou a possibilitar, também, o acesso ao ensino superior (Rosemberg, 2013, p. 334).

A autora aponta a existência de inúmeras amarras à educação formal e pública voltada para as mulheres:

[...] a segregação sexual [...] interditando a educação mista; [...] a educação [...] deveria ser mais restrita que a de meninos [...] em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua ‘missão’ de mãe; o impedimento à continuidade dos estudos [...] (Rosemberg, 2013, p. 334).

A superação desses entraves acontece lentamente na educação brasileira.

Quando [...] regulamentaram com a primeira lei de instrução pública o ensino das “pedagogias” – aliás o único nível a que as meninas teriam acesso –, afirmaram que seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos “aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar”. Aqui vale notar que, embora a lei determinasse salários iguais, a diferenciação curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro – que só seria usufruído pelos professores [homens] (Louro, 2022, p. 444).

Louro (2022) delinea, com base no texto legal, as condições e o conteúdo pelos quais as mulheres seriam instruídas na escola, associando-as a senhoras respeitáveis que detivessem habilidades nas incumbências domésticas. Tais indivíduos, conforme descrito por Rosemberg (2013), eram considerados seres de inteligência limitada, com saúde frágil e cujas funções eram restritas à procriação e à educação filial.

[a]s escolas femininas dedicavam intensas e repetidas horas ao treino das habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens “prendadas”, capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha ou de pintura. As marcas da escolarização se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos. Por vezes isso se fazia de formas tão densas e particulares que permitia — a partir de mínimos traços, de pequenos indícios, de um jeito de andar ou falar — dizer, quase com segurança, que determinada jovem foi normalista, que um rapaz cursou o colégio militar ou que um outro estudou num seminário. [...] Sob novas formas, a escola continua imprimindo sua “marca distintiva” sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes (Louro, 1997, p. 62).

Percebe-se que, por muito tempo, a mulher branca e da elite poderia, de alguma forma, ter algum tipo de educação formal. Entretanto, a intenção não é a profissionalização, propriamente dita, mas o preparo para as prendas domésticas, a função de mãe e esposa. Para ilustrar o pleno vigor do patriarcado, incluindo os tempos atuais, cita-se a inusitada frase, promovida pela Revista Veja, na reportagem publicada na versão *online*, em 18 de abril de 2016, intitulada: “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’” (Linhares, 2016). O foco, à época, era descrever a então esposa do vice-presidente do Brasil, Michel Temer. Foi enfatizado o caráter de alguém que ocupa um papel discreto e, por que não dizer, apagado, à sombra do marido, bela para ser exposta ao lado do macho viril, como numa vitrine, e apta a organizar e reger tudo que demanda as tarefas de cuidar (lar, esposo, família, casa, etc.).

E à mulher não branca? Louro aponta que:

[...]para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. As sucessivas leis, que foram lentamente afrouxando os laços do escravismo, não trouxeram, como consequência direta ou imediata, oportunidades de ensino para os negros. São registradas como de caráter excepcional e de cunho filantrópico as iniciativas que propunham a aceitação de crianças negras em escolas ou classes isoladas [...] algo semelhante se passava com os descendentes indígenas: sua educação estava ligada às práticas de seus próprios grupos de origem e, embora fossem alvo de alguma ação religiosa, sua presença era, contudo, vedada nas escolas públicas (Louro, 2022, p. 445).

As mulheres não brancas nem citadas eram, pois como bem aponta a autora, à população de origem africana e aos indígenas lhes foi negado tudo, até a sua própria existência. E se pensarmos ao longo da história, pouca coisa mudou.

Por meio do Decreto n.º 2118-b, de 28 de setembro de 1911, do estado de São Paulo, são criados “[...] dois institutos de educação profissional, sendo um para o sexo masculino [...] e outro para o sexo feminino, sob a denominação de ‘Escola Profissional Feminina’ [...]” (São Paulo, 1911). Trata-se da primeira sinalização de espaços de formação profissional para mulheres. Porém, como era de se esperar, o artigo primeiro adianta que “[a]s *Escolas Profissionais* da Capital são estabelecimentos destinados ao ensino de artes e *offícios* a *alunos* do sexo masculino, e de economia doméstica e prendas *manuais* a *alunos* do sexo feminino” (São Paulo, 1911)<sup>4</sup>. E as determinações continuam:

Artigo 4º A Escola Profissional Feminina compreende as Seções seguintes: a) de desenho; b) de dactylographia ; c) corte e feitura de vestidos e roupas para senhoras e crianças; d) de corte e feitura de roupas brancas; e) de bordados e rendas; f) de fabrico de flores e ornamentação do chapéus; g) de arte culinária em todos os seus ramos e de economia domestica (São Paulo, 1911)<sup>5</sup>.

Apesar da criação desse espaço para a formação profissional de mulheres, o artigo quarto, do documento legal, como visto acima, traduz, de forma enfática, o que o pensamento patriarcal projetou para elas. Um espaço de fortalecimento do papel doméstico e de vinculação com o lar, atribuído à mulher.

Na opinião de muitos, não havia porque *mobilizar* a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar,

<sup>4</sup> Transcrito do original, conforme a gramática da época.

<sup>5</sup> Transcrito do original, conforme a gramática da época.

a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (Louro, 2022, p. 446-447).

A partir de 1920, foram implementadas diversas reformas educacionais que alcançaram vários estados brasileiros (Bahia – Anísio Teixeira; Minas Gerais – Francisco Campos/ Mário Casassanta; Distrito Federal – Fernando de Azevedo; São Paulo – Sampaio Dória) (Novelli, 2004). Diante desse movimento reformista, o estado de São Paulo, assim como os demais, aderiu a “[...] um conjunto de novos princípios considerados modernos, que irão organizar e alterar o ensino [...] e confirmar a efetivação das teorias pedagógicas europeias e americanas, chamadas de progressivistas, segundo o pensamento pedagógico brasileiro da época” (Novelli, 2004, n.p.).

A partir do marco da reforma Sampaio Dória (1920), gradualmente, houve um aumento na oferta e na variedade de cursos de formação profissional, destinados às mulheres, sem perder o foco no trabalho reprodutivo (Educação Doméstica, Dietética para Donas de Casa, Auxiliar em Alimentação, dentre outros). O que se percebe é que as escolas de formação profissional feminina, desde a sua criação, estiveram caracterizadas pela divisão sexual e social do trabalho.

Como adverte Oliveira (1994, p. 60), a Escola Profissional Feminina “[...] foi concebida para atender a clientela constituída por meninas provenientes de famílias operárias, maiores de 12 anos e portadoras de diploma do grupo escolar ou com instrução equivalente [...]”. A autora complementa, afirmando que o objetivo desses estabelecimentos é a preparação da mulher da classe operária, para ofícios inerentes às atividades domésticas, e no “[...] afã de dar início a sua intervenção no processo de formação de trabalhadoras e trabalhadores submissos, produtivos e imbuídos de um certo tipo de patriotismo [...]” (Oliveira, 1994, p. 59).

Ao dar um salto na história, buscando compreender os ramos e, quiçá, avanços, das mulheres na Educação Profissional, no que tange ao acesso, ao ingresso e à permanência nesses cursos, no século XXI, são citados dados da PNP, na seção seguinte, referentes à edição 2023, ano base 2022, atualizados em 15 de junho de 2023.

## **Ranços ou avanços no século XXI? Eis a questão...**

Como já mencionado na introdução, a pesquisa, abordada no presente artigo, é documental e empírica, de viés qualitativo, e seu percurso se deu pela exploração de dados históricos, por meio de literatura específica, que apresentam fatos/presença, do trabalho e da educação de mulheres na EPT.

[A] Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (Pádua, 2004, p.68).

A seleção da literatura foi realizada com base em títulos disponíveis em plataformas de diversas editoras, incluindo as universitárias. Os critérios de seleção/adoção foram estabelecidos mediante a escolha de obras e estudos que abordassem as temáticas relacionadas à educação, história da educação e educação e trabalho feminino. De posse dessa literatura foi possível comparar a dados empíricos atuais (edição 2023), extraídos da PNP.

As Instituições pertencentes à Rede Federal de EPCT, cujos indicadores se encontram na PNP, são:

[...] Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II (Brasil, 2021).

Em que consiste a PNP?

[...] é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) (Brasil, 2023a).

Com base nos dados da edição de 2023, foi elaborado um quadro que apresenta as matrículas discriminadas por tipo de curso (QUADRO 1), organizado segundo o gênero, com o objetivo de identificar a predominância de matrículas femininas. A Rede Federal de EPCT

acusou um total de 1.513.075 matrículas ativas no ano de 2022. Destas, 172 não possuem identificação de gênero. Sendo assim, o total informado na PNP, portanto, foi de 1.512.903 matrículas ativas com a identificação de gênero.

**Quadro 1 – Matrículas totais por Tipo de Curso e Gênero – 2022.**

Tipo de Curso	Brasil			Total
	Masculino	Feminino	SI	
Bacharelado	88.656	52.419	10	141.085
Licenciatura	47.792	59.049	9	106.850
Curso Superior de Tecnologia	57.208	42.504	5	99.717
Doutorado	466	479		945
Mestrado	1.504	1.424	3	2.931
Mestrado Profissional	3.339	3.432		6.771
Especialização <i>Lato Sensu</i>	22.580	32.043	6	54.629
Especialização Técnica	188	205		393
Qualificação Profissional (FIC)	207.135	352.601	44	559.780
Técnico	256.728	268.795	83	525.606
Ensino Médio	3.045	3.635	11	6.691
Ensino Fundamental I	1.306	1.251	1	2.558
Ensino Fundamental II	2.499	2.382		4.881
Educação Infantil	125	113		238
<b>Totais</b>	<b>692.571</b>	<b>820.332</b>	<b>172</b>	<b>1.513.075</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados PNP (Brasil, 2023a).

Como se pode observar no Quadro 1, os cursos de Qualificação Profissional (FIC) são os que mais possuem estudantes do gênero feminino (207.135 – masculino – 37,1%; 352.601 – feminino – 62,9%). Diante dessa proporção, em que o acesso feminino se dá em quantidade bem mais elevada que o masculino, buscou-se entender o que são os cursos de Qualificação Profissional (FIC), a que se destinam e, em seguida, verificar quais são as áreas de maior quantitativo de matrículas.

A formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional são organizados para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho. Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Abrange cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional (Brasil, 2023b).

É interessante observar que esses cursos fazem parte do PRONATEC, e os estudantes são beneficiados pelo Bolsa Formação (Brasil, 2015). O artigo oitavo da Portaria n.º 817/2015<sup>6</sup> aponta que:

A Bolsa-Formação atenderá prioritariamente:

I - Aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da EJA; II - aos trabalhadores; III - aos beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda, entre outros que atenderem a critérios previstos no âmbito do Plano Brasil sem Miséria [...] IV - aos estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento. § 1º Será estimulada a participação de pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, **mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda** e de trabalhadores beneficiários do Programa Seguro-Desemprego, considerados reincidentes, nos termos do Decreto no 7.721, de 16 de abril de 2012 [...] (Brasil, 2015, grifo nosso).

Nessa análise, põe-se em destaque os

[...] beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda [e] mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda e de trabalhadores beneficiários do Programa Seguro-Desemprego (Brasil, 2015).

Os indicadores do Programa apontam que se destinam a um público majoritário feminino, que vem, ao longo do tempo, sendo subsumido ao subemprego, além de ser responsável, muitas vezes, de maneira “solo”, por suas famílias, em todos os aspectos, desde a manutenção de alimentos até a formação social.

Ao analisar o Quadro 2, em que estão dispostos os eixos tecnológicos ao qual pertencem as matrículas, salta aos olhos o Desenvolvimento Educacional e Social. Das 429.964 matrículas, retiradas as 34 sem identificação de gênero, restam 429.930, distribuídas em 155.298 (36,1%) matrículas masculinas e 274.632 (63,1%) matrículas femininas. Esse eixo, em matrículas, corresponde a 28,42% de toda a oferta. São 14 eixos, apenas esse tem percentual superior a 20%.

<sup>6</sup> Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: [http://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos/portaria\\_mec\\_817\\_2015\\_bf\\_alterada\\_por\\_1460\\_2016\\_1163\\_2018.pdf](http://novoscaminhos.mec.gov.br/images/arquivos/portaria_mec_817_2015_bf_alterada_por_1460_2016_1163_2018.pdf). Acesso em: 11 ago. 2023.

**Quadro 2** – Distribuição de matrículas por eixo tecnológico e gênero.

Eixo tecnológico	Masculino	Feminino	SI	Brasil	%
Ambiente e Saúde	37.221	80.820	16	118.057	7,80%
Controle de Processos Industriais	123.224	40.261	10	163.495	10,81%
<b>Desenvolvimento Educacional e Social</b>	<b>155.298</b>	<b>274.632</b>	<b>34</b>	<b>429.964</b>	<b>28,42%</b>
Gestão e Negócios	76.285	131.943	22	208.250	13,76%
Informação e Comunicação	135.948	82.800	44	218.792	14,46%
Infraestrutura	35.686	31.900	5	67.591	4,47%
Militar	109	63	-	172	0,01%
Produção Alimentícia	13.609	31.130	5	44.744	2,96%
Produção Cultural e Design	9.464	15.789	2	25.255	1,67%
Produção Industrial	13.233	20.840	2	34.075	2,25%
Propedêutico	6.975	7.381	12	14.368	0,95%
Recursos Naturais	63.613	67.354	18	130.985	8,66%
Segurança	9.330	11.145	2	20.477	1,35%
Turismo, Hospitalidade e Lazer	12.576	24.274	-	36.850	2,44%
<b>Totais</b>	<b>692.571</b>	<b>820.332</b>	<b>172</b>	<b>1.513.075</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados PNP (Brasil, 2023a).

O Quadro 3 aponta os subeixos existentes no Eixo Desenvolvimento Educacional e Social. Dentre os cursos FIC ofertados estão: Agente de Alimentação Escolar, Assistente de Secretaria Escolar, Assistente Escolar, Auxiliar de Biblioteca e Auxiliar Pedagógico (Brasil, 2023a). Outro fato importante, revelado pela PNP, é o de que 90% dos cursos FIC, com matrícula feminina, são ofertados a distância. Esse é um dado que merece uma discussão mais ampla no que diz respeito à qualidade, à aprendizagem, dentre outros fatores. Dada a importância, requer um estudo à parte. Porém, é um indicador que não pode ser desprezado.

**Quadro 3** – Cursos FIC – Eixo Desenvolvimento Educacional e Social – 2022  
distribuição por subeixo e gênero.

Subeixo Tecnológico	Masculino	Feminino	SI	Total
Desenvolvimento Científico	2.766	5.796		8.562
Desenvolvimento Educacional	77.715	126.336	15	204.066
Desenvolvimento Educacional e Social	71.203	129.413	15	200.631
Desenvolvimento Social	3.614	13.087	4	16.705
<b>Totais</b>	<b>155.298</b>	<b>274.632</b>	<b>34</b>	<b>429.964</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados PNP (Brasil, 2023a)

De posse dos dados, até aqui apresentados, os resultados indicam que as mulheres, sobretudo as mais pobres, vulneráveis, estão, dentro da estrutura de formação profissional,

ainda nos dias atuais, voltadas para as áreas do cuidado. Nesse ideário, construído fortemente pelo sistema patriarcal, ao longo da história, de que a mulher deve estar atrelada às questões do cuidado, percebe-se que, de alguma forma, sua legitimação se dá

[...] com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, [...] da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade (Aronovich, 2019, p. 25).

São incumbências associadas ao labor doméstico. O trabalho doméstico, do ponto de vista do capital, não é reconhecido como tal, uma vez que não é considerado produtivo e, por conseguinte, não é remunerado. Contudo, essa atividade desempenha um papel fundamental para o capitalismo ao disponibilizar a força de trabalho para a retaguarda do trabalho produtivo, abrangendo os cuidados da casa, o consumo produtivo por meio dos filhos como futura mão de obra, e a atenção aos maridos, componentes da força produtiva, ao servi-los de maneira física, emocional e sexual, promovendo o bem-estar e assegurando, assim, a produção capitalista (Federici, 2019).

### **Considerações finais**

Nos propomos, neste artigo, pensar a produção do feminino no ambiente da EPT, analisando a construção da feminilidade em um espaço ocupado historicamente pelo masculino. O que percebemos, ao longo da pesquisa histórica, é que o espaço de educação, voltado para formação para o trabalho, não foi pensado para uma ocupação feminina. O espaço escola, vinculado ao local do ócio e do lazer, constitui-se em um lugar para poucos, aos que teriam acesso ao trabalho intelectual, um público que se restringia à elite. Este universo não englobava escravizados, servos, mulheres e crianças, estes últimos herdeiros do trabalho manual.

O Colégio das Fábricas e as Casas de Educandos Artífices surgem para o ensino de ofícios a meninos pobres, órfãos, em estado de mendicância, adotando um modelo de educação inspirado na ideologia militar (hierarquia e disciplina), a fim de “enquadrá-los” no trabalho manual e no lugar de subserviência ao capital. As mulheres, até então, não eram sequer citadas. Até porque a elas eram atribuídos apenas o trabalho doméstico, a função de procriação e, ainda, o lugar natural de educadora e cuidadora.

Apenas no ano de 1827, a partir da Lei Geral de Ensino, as mulheres foram “acampadas” na educação. Porém, o que se tinha é um espaço restrito às primeiras letras e ao aprendizado de atividades domésticas. Uma educação marcada pela segregação sexual, restrita de conteúdos (voltada apenas para o doméstico) e com caráter terminal. A intenção não era a profissionalização, mas sim o preparo dessa mulher para as prendas domésticas e para as funções de mãe e esposa (Linhares, 2016). Mesmo assim, a presença da intenção de alguma educação direcionada à mulher estava restrita às brancas e pertencentes à elite, as mulheres negras não foram nem citadas, ou mesmo consideradas.

A partir da Reforma Dória (1920), como já descrito no artigo, foram ofertados cursos de formação profissional, cujo público-alvo eram mulheres, agora provenientes de famílias operárias, porém o foco foi sempre o trabalho reprodutivo, imprimindo a elas a tarefa “inata” do cuidado. A intenção era formar trabalhadoras para as atividades domésticas.

Diante desse cenário, buscou-se dados atuais para analisar a presença do trabalho e da educação de mulheres na EPT. De posse dos dados da edição 2013 da PNP, evidenciou-se que as mulheres, especialmente as mais pobres, vulneráveis, estão, dentro da estrutura de formação profissional, ainda nos dias atuais, voltadas para as áreas do cuidado, mais especificamente no Eixo Desenvolvimento Educacional e Social. A maior concentração feminina é nos Cursos de FIC, o que pode ser justificado por abarcar mulheres responsáveis pela família, beneficiárias de Programas Federais de Transferência de Renda, e trabalhadores beneficiários do Programa Seguro-Desemprego.

Refletir sobre esse contexto de formação profissional à luz do patriarcado revela a extensão pela qual, ao longo da história, as mulheres foram marginalizadas, excluídas dos espaços de trabalho produtivo, de poder e de resistência, sendo restringidas aos limites de suas residências para evitar que se insurgissem contra o que lhes foi imposto como “inato” e natural.

## REFERÊNCIAS

ARONOVICH, Lola. Prefácio. *In*: LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. **Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional Apresentação Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional**. Brasília: Ministério da Educação, [s.d.], 2023b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-epf/formacao-inicial-e-continuada-ou-qualificacao-profissional>. Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015**. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, de que trata a Lei no 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20462540/UCEQITzKXPYVi6cWuD3q0ksQ](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20462540/UCEQITzKXPYVi6cWuD3q0ksQ). Acesso em: 09 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 146, de 25 de março de 2021**. Define conceitos e estabelece fatores para uso na Plataforma Nilo Peçanha - PNP e para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-146-de-25-de-marco-de-2021-310597431>. Acesso em: 08 ago. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 89-107, maio/jun./jul./ago. 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, [S. l.], 16 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2022. p. 443-481.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **Casa Pia Colégio de Órfãos São Joaquim: de recolhido a assalariado**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1996. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1996.\\_matta\\_alfredo\\_eurico\\_rodrigues.\\_casa\\_pia\\_colegio\\_de\\_orfaos\\_de\\_sao\\_joaquim.\\_de\\_recolhido\\_a\\_assalariado.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1996._matta_alfredo_eurico_rodrigues._casa_pia_colegio_de_orfaos_de_sao_joaquim._de_recolhido_a_assalariado.pdf). Acesso em: 01 ago. 2023.

NOVELLI, Giseli. Ensino profissionalizante na cidade de São Paulo: um estudo sobre o currículo da Escola Profissional Feminina nas décadas de 1910, 1920 e 1930. *In: REUNIÃO ANUAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED)*, 27., 2004, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t0910.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

OLIVEIRA, Sueli Teresa de. Escolarização Profissional Feminina, em São Paulo, nos anos 1910/20/30. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.I.], v. 11, p. 57-67, 1994. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11414>. Acesso em: 02 ago. 2023.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. Educação Profissional e Tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **T&C Amazônia**, Ano VII, n. 16, fev. de 2009.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 10. ed. rev. e. atual. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvía. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.)*. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 333-359.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 2118-B, de 28 de setembro de 1911**. Organiza as Escolas Profissionais da Capital, de acordo com a Lei nº 1214, de 24 de outubro de 1910 e dá-lhes regulamento. São Paulo-SP, 28 set. 1911. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2118B-28.09.1911.html>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnicidade. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2023.

### ***CRediT Author Statement***

---

**Reconhecimentos:** Não se aplica.

**Financiamento:** Não se aplica.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética:** Não se aplica.

**Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis para livre acesso através da Plataforma Nilo Peçanha, uma ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que disponibiliza dados atualizados de indicadores acadêmicos, informações orçamentárias e de Gestão de Pessoas. São dados de livre acesso (BRASIL, 2023a).

**Contribuições dos autores:** Ambos os autores participaram de todas as etapas da pesquisa e da escrita do artigo.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

